

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.571.827 - AM  
(2019/0259152-2)**

**RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**  
**AGRAVANTE : BRUNO SILVA CABRAL (PRESO)**  
**ADVOGADO : MARIA GORETH TERÇAS DE OLIVEIRA E**  
**OUTRO(S) - AM003735**  
**AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**

**DECISÃO**

**BRUNO SILVA CABRAL** agrava da decisão que não admitiu o seu recurso especial, interposto com fundamento no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo **Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas** (Apelação Criminal n. 0250696-12.2016.8.04.0001).

Consta dos autos que o ora agravante foi condenado à pena de 4 anos e 8 meses de reclusão, em regime inicial semiaberto, mais multa, pela prática do delito capitulado no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006.

Nas razões do recurso especial, a defesa afirma que a autoria do fato não foi comprovada, a condenação foi lastreada apenas nos depoimentos dos policiais, as declarações das testemunhas não são convincentes e, portanto, não há lastro probatório para a condenação.

Requer o provimento do recurso, para que **o réu seja absolvido**.

O especial foi inadmitido durante o juízo prévio de admissibilidade realizado pelo Tribunal de origem, o que ensejou a interposição deste agravo.

O Ministério Público Federal manifestou-se pelo não provimento do recurso.

**Decido.**

O Juiz de primeiro grau, ao condenar o recorrente pela prática do **crime previsto no art. 33, caput, da Lei n. 11.343/2006**, consignou (fls. 134-136, grifei):

[...]

**As provas produzidas e apuradas durante a fase inquisitorial e em Juízo são conclusivas, não deixando margem a dúvidas com relação à autoria do crime de tráfico de drogas**, sendo que a conduta do réu correlacionadas às drogas apreendidas, consistentes nos núcleos, transportar, trazer consigo e vender, amoldam-se ao tipo previsto no art. 33 da Lei 11.343/06.

Como elemento adicional de convicção, tem-se que o acusado ostenta sentença condenatória transitada em julgado perante a 1ª V.E.C.U.T.E. (processo 0602594-54.2017.8.04.0001), também pelo crime de tráfico de drogas, não apta a gerar reincidência – vide certidão de antecedentes criminais de fls. 105, indicando certa habitualidade na prática do tráfico de drogas.

Cumpram ainda ressaltar que **a natureza, a quantidade e a forma como estavam embaladas as drogas apreendidas demonstram a incidência do tipo penal descrito no art. 33 da Lei de Drogas.**

[...]

Foram produzidas provas durante a instrução criminal, com observância do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa. Ademais, o nosso ordenamento jurídico não estabelece impedimento ou suspeição ao depoimento da testemunha que, no seu mister da atividade policial, participou da diligência que resultou na prisão do agente, restando claro que **o acusado se encontrava em via pública em posse de valores em espécie e quantidade razoável de material entorpecente, da qual tentou se desvencilhar lançando os estupefacientes em uma mata próxima do local onde foi abordado pelos policiais.**

O Tribunal de origem, ao manter a condenação do recorrente, salientou ser "inconteste a autoria, embora negada pelo acusado, veio comprovada pelas provas colhidas. **Os testemunhos policiais, associados aos demais elementos de prova atestam a prática de tráfico de entorpecentes**" (fl. 201, grifei).

Pelos trechos anteriormente transcritos e, sobretudo, pela leitura atenta da sentença condenatória e do acórdão impugnado, verifico que as instâncias ordinárias, após toda a análise do conjunto fático-probatório amealhado aos autos, concluíram pela existência de **elementos concretos e coesos** a ensejar a condenação do acusado pelo

crime de tráfico de drogas.

Por essas razões, mostra-se inviável a sua absolvição, sobretudo em se considerando que, no processo penal, vigora o princípio do livre convencimento motivado, em que é dado ao julgador decidir pela condenação do agente, desde que o faça fundamentadamente, exatamente como verificado nos autos.

Diante de tais considerações, para entender-se pela absolvição do recorrente, seria necessário o **revolvimento de todo o conjunto fático-probatório produzido nos autos**, providência, conforme cediço, incabível na via do recurso especial, nos termos da **Súmula n. 7 do STJ**.

Por fim, quanto ao argumento trazido pela defesa de que a condenação não pode ser embasada apenas em depoimentos dos policiais militares, em que pesem as ponderações acima, especificamente quanto à existência de outras provas a corroborar o *decisum*, destaco que a jurisprudência desta Corte Superior já decidiu que "o depoimento dos policiais prestado em juízo constitui meio de prova idôneo a resultar na condenação do paciente" (**HC n. 165.561/AM**, Rel. Ministro **Nefi Cordeiro**, 6ª T., DJe 15/2/2016).

Nesse sentido: "Conforme entendimento desta Corte, o depoimento de policiais responsáveis pela prisão em flagrante do acusado constitui meio de prova idôneo a embasar o édito condenatório, mormente quanto corroborado em Juízo, no âmbito do devido processo legal" (**HC n. 267.025/DF**, Rel. Ministro **Jorge Mussi**, 5ª T., DJe 22/5/2013).

À vista do exposto, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial**.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**  
Relator